

INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Ana Patrícia da Silva¹

José Guilherme de Oliveira Freitas²

Michele Pereira de Souza da Fonseca³

Mylene Cristina Santiago⁴.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REDEFININDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar algumas reflexões a respeito de questões que aproximam e também distanciam a Educação Inclusiva e a Educação Especial no que tange as culturas, políticas e práticas presentes na Educação Superior. Outro objetivo do estudo é esclarecer definições conceituais que vem sendo trabalhadas na Educação Superior que causam certas confusões, uma vez que Inclusão é um termo relativamente recente, que surgiu nos anos 90, a partir da Declaração de Salamanca (1994). Desde então passam a coexistir muitos termos nesse campo polissêmico e por conta disso, expressões como Integração, Inclusão e Educação Especial podem ser facilmente confundidos ou colocados como sinônimos (SANTOS, 2003a; FONSECA, SILVA & SOUSA, 2008), embora tais expressões tenham sentidos e expressem paradigmas diferentes.

Em linhas gerais, a Integração defende prioritariamente o direito das pessoas com deficiência⁵, buscando a inserção parcial e condicional dessas pessoas, seja na sociedade ou no campo educacional. Silva, K (2008) aponta que seu foco é centrado “em uma provisão social segregada (escolas e classes especiais) e que dependia tão somente do esforço que o deficiente e sua família fizessem para integrar-se à sociedade” (p.131). A integração é como se fosse uma via de mão única, pois cabe à pessoa com deficiência modificar-se, adaptar-se e adequar-se, por si só, às exigências da sociedade, “para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e, conseqüentemente, ser aceita” (MANTOAN, 1997, p.235).

¹ Doutoranda em Educação. UFRJ, e-mail: uaisoperala@iq.com.br

² Doutorando em Educação. UFRJ, e-mail: jguilherm@uol.com.br

³ Mestre em Educação. UFRJ, e-mail: michelepereira22@yahoo.com.br

⁴ Doutoranda em Educação. UFRJ, e-mail: mylenecs@yahoo.com.br

⁵ Definir deficiência se faz necessário para esclarecermos o público específico que está diretamente relacionado à educação especial. Segundo o MEC, pessoas com deficiência são aquelas que apresentam em caráter permanente ou temporário algum tipo de deficiência, física, mental, sensorial, múltipla, necessitando de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e minimizar e/ou superar suas dificuldades. Já na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), é ressaltada a “incapacidade” dessas pessoas, o termo deficiência refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

A deficiência passou a ser diagnosticada e tratada como doença, com forte apelo de reabilitação, tendo como parâmetro o que é considerado “normal”, e isso, aliado ao preconceito, afastava essas pessoas do convívio em sociedade. O modelo de integração, de acordo com Sasaki (1997) está associado ao modelo médico da deficiência, que julgamos ser responsável pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes, para que pessoas com deficiência possam atingir seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Nesta perspectiva, a sociedade, acreditando ser a deficiência um problema exclusivamente da pessoa com deficiência, buscava proporcionar-lhe determinado serviço para solucioná-lo.

Nesse paradigma de Integração, a Educação Especial começa a ter espaço. A LDB (BRASIL, 1996) reserva uma parte para a Educação Especial; o capítulo V, que no artigo 58 a define como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Ao longo da história, a forma de enxergar a Educação Especial foi se modificando, mas o público alvo continuava sendo as pessoas com deficiência. Mantoan (2003) ao descrever a introdução da Educação Especial no Brasil, aponta que:

[...]o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e européias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender as pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. (p.32)

Com base em Santos (2000), podemos destacar três momentos da visão histórica da Educação Especial, antes de 1990. Primeiramente as pessoas com deficiência eram segregadas severamente, ignorados, encarcerados e por vezes assassinados. Num segundo momento eles passaram a ser percebidos como possuidores de certas capacidades, mesmo que limitadas, e eram denominados excepcionais. A partir da década de 60, se instaura um terceiro momento durante o qual houve um reconhecimento do valor humano e dos direitos dessas pessoas; contudo, esse reconhecimento não foi suficiente para suprimir todas as formas de preconceito que ainda perduram, inclusive no campo educacional.

A Declaração de Salamanca, fruto da Conferência Mundial de Educação Especial realizada em 1994, embora ainda enfocasse fortemente a questão da

deficiência, apresentou dois pontos relevantes: ampliação do conceito de necessidades educacionais especiais e a retomada de discussões obtidas em Jomtien⁶ para encaminhamento de diretrizes básicas para a reformulação de políticas e sistemas educacionais. Quanto ao primeiro ponto, Santos (2000) nos esclarece que, a partir dessa Declaração:

[...] o conceito de necessidades educacionais especiais passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiência, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente o ano escolar, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas ou que moram distantes de qualquer escola, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerras e conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que estão fora da escola, por qualquer motivo que seja. (p.38)

Esse foi um começo para abrirmos os horizontes e alcançarmos **todas** as pessoas, inclusive os deficientes, (mas não só!) que possam ter alguma dificuldade ou barreiras à aprendizagem.

Quanto ao segundo ponto, Santos (2000) ainda afirma, com base na referida Declaração, que as Escolas Especiais deveriam ser centros de referência de provisão de Educação Especial, provendo técnicas e gerando conhecimentos que seriam aplicados na educação regular, para onde iriam, a médio e longo prazo, os alunos “especiais”. Isso poderia provocar uma profícua reformulação na estrutura básica de Educação Especial já estabelecida de forma tradicional e segregadora. Na prática, essa reformulação significa incluir a Educação Especial no contexto de Educação para todos; um passo rumo à amplitude de visões que mais se afinam com o universo da Inclusão e não com a restrição da Educação Especial.

Santos & Sousa (2002, p.33) afirmam que “ao redefinir a educação especial, tentamos fazê-lo no sentido de recontextualizar o sistema educacional com um todo, voltado para fazer desaparecer o apêndice da sociedade que abriga os filhos dejetados”.

Integração, Educação Especial e Inclusão são paradigmas diferentes, há, portanto uma opção de foco. Enquanto “a integração traz consigo a idéia de que a pessoa com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes da sociedade” (MANTOAN, 1997, p.235), os processos de Inclusão prevêm modificações na sociedade com vistas a atender a **todas** as pessoas (SANTOS, 2003a; SANTOS & PAULINO, 2008; BOOTH & AINSCOW, 2002).

⁶ Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia (1990)

Sendo assim, a perspectiva de Inclusão que acreditamos, se distancia do foco da Integração e se aproxima de marcos como a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien (1990)⁷, assim como com a Declaração de Dakar (2000)⁸.

Inclusão em Educação envolve uma abordagem diferente e mais ampla na identificação e na tentativa de resolver as dificuldades que surgem no contexto escolar. Norteados por esse entendimento, Booth & Ainscow (2002), Santos (2003a) e Sandoval (2002) nos trazem uma série de apontamentos que nos fazem entender melhor Inclusão em Educação: processos de aumento da participação e redução da exclusão de todos os alunos *das culturas, dos currículos e das comunidades das escolas locais* (SANDOVAL, 2002).

Inclusão envolve a reestruturação das culturas, políticas e práticas nas escolas de forma que elas respondam à diversidade de alunos de sua localidade atendendo as suas diferenças e peculiaridades. A criação de culturas inclusivas em nossos sistemas e instituições educacionais, se refere a criação de comunidades estimulantes, seguras, colaboradoras, em que cada um é valorizado, com base para o maior sucesso de todos os alunos. Essa dimensão se preocupa com o desenvolvimento de valores inclusivos, compartilhados entre todo o *staff*, alunos e responsáveis, e que são passados a todos os novos membros da escola.

Os princípios derivados nas escolas de culturas inclusivas orientam decisões sobre as políticas e as práticas de cada momento de forma que a aprendizagem de todos seja apoiada através de um processo contínuo de desenvolvimento da escola. SILVA (2006) apud SANTOS (no prelo).

O desenvolvimento de políticas inclusivas refere-se à preocupação em assegurar que a inclusão esteja presente no bojo do desenvolvimento da escola, permeando todas as políticas, de forma que estas aumentem a aprendizagem e a participação de todos os alunos. Considera-se apoio àquelas atividades que aumentem a capacidade de uma escola em responder à diversidade dos alunos.

Todas as formas de apoio são consideradas juntas em uma estrutura única, e são vistas a partir da perspectiva dos alunos e seu desenvolvimento, ao invés de

⁷ Teve como objetivo universalizar o acesso à Educação e promover a equidade, assegurar a permanência na escola por tempo suficiente para que a criança obtenha benefícios reais, estabelecer oportunidades ampliadas de Educação em desenvolvimento efetivo e mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários. Disponível em: http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decijomtien. Acesso em: março de 2008.

⁸ Teve o propósito de reavaliar os ideais propostos em Jomtien e reafirmando o reconhecimento do direito de Educação para todos. Disponível em http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Educacao/texto/texto_4.html. Acessado em Junho de 2008.

serem vistas da perspectiva da escola ou das estruturas administrativas do órgão responsável pela organização da educação. SILVA (2006) apud SANTOS (no prelo).

A orquestração das práticas de inclusão está ligada à preocupação em fazer com que as práticas das escolas reflitam as culturas e políticas de inclusão da escola, assegurando que todas as atividades de sala de aula ou extracurricular encorajem a participação de todos os alunos e baseiem-se em seus conhecimentos e experiências fora da escola.

O ensino e o apoio são integrados na orquestração da aprendizagem e na superação de barreiras à aprendizagem⁹ e à participação. O *staff* mobiliza recursos dentro da escola e nas comunidades locais para sustentar uma aprendizagem ativa para todos. SILVA (2006) apud SANTOS (no prelo).

Inclusão em educação se refere à aprendizagem e participação de todos os alunos em riscos de pressões excludentes, e não apenas aquelas com impedimentos visíveis, ou categorizadas, “rotuladas” como tendo “*necessidades educacionais especiais*”. Refere-se a melhores escolas para seu *staff* e para seus alunos, uma vez que as preocupações com as dificuldades de acesso e à participação de certos alunos, podem revelar certas discrepâncias nas tentativas de uma escola em responder à diversidade de seus alunos; no entanto, todos os alunos têm direito à educação em sua comunidade local.

Na educação inclusiva, a diversidade não pode ser vista como um problema a ser superado, mas como um rico recurso para apoiar a aprendizagem de todos. Portanto, inclusão se refere a desenvolver relações mutuamente sustentáveis entre as escolas e as comunidades. Assim, inclusão em educação se constitui em um aspecto da inclusão na sociedade. Em nossa visão:

[...] inclusão é um conjunto de processos intermináveis. Ele envolve especificar a direção da mudança. Ela é relevante a qualquer escola, não importa o quanto inclusivas ou excludentes suas culturas, políticas e práticas sejam. Ela requer que as escolas se engajem num exame crítico do que pode ser feito para aumentar a participação e a aprendizagem da diversidade dos alunos dentro da sua localidade (BOOTH e AINSCOW, 2002, p.7)

A inclusão como processo não constitui um fenômeno hegemônico, pois, ele é sempre relativo e busca adequar-se ao contexto onde é percebido. Pode-se dizer que cada país, cada localidade, cada contexto, possui seu próprio ritmo de caminhada em direção a tornar suas instituições sociais mais inclusivas ou não.

⁹ Conceito utilizado por Booth & Ainscow no **Index da Inclusão** e por Carvalho em **Educação Inclusiva colocando os pingos nos is e Inclusão, Educação para todos e remoção de barreiras para a aprendizagem**.

Em uma sociedade produtora de desigualdades sociais, parafraseando Sawaia (2008), em lugar da exclusão, o que se tem é a dialética exclusão / inclusão, pois ela determina a potencialização do conceito de estar incluído ou excluído do sistema em que vive. Essa dialética pode ser justificada porque a sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual o que implica no caráter ilusório da inclusão.

Historicamente, a dialética exclusão / inclusão vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época; desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidas nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascarada (SILVA, 2006).

O movimento dialético existente entre exclusão / inclusão age em favor da garantia de igualdade dos direitos sociais, de participação, de acesso à permanência nos vários bens e serviços sociais, incluindo a educação. Portanto,

[...] a exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2008, p.6)

Em Educação, verifica-se a exclusão de inúmeros grupos sociais, segregados das mais variadas formas, ora explícitas, ou não. Ainda existem aqueles que nem mesmo conseguem acesso à educação, e outros que, mesmo letrados, ainda são vulneráveis às mais variadas práticas de discriminação, e conseqüentemente continuam sendo excluídos. Os estudos sobre os processos de inclusão e exclusão são bastante complexos, requerendo um exame detalhado sobre a experiência de alunos e *staff* na escola.

Os processos de inclusão e exclusão estão intimamente ligados. Não se pode entender a inclusão sem analisar as pressões que levam a excluir, até mesmo porque dentro de uma mesma escola os mesmos alunos podem ser tanto encorajados, quanto desencorajados a participar.

Todas as escolas respondem às diversidades de seus alunos com um misto de medidas inclusivas e excludentes, em termos de quem elas admitem, como eles

são rotulados, como o ensino e a aprendizagem são organizados, como os recursos podem ser usados, como os alunos que experimentam dificuldades são apoiados, e como o currículo e o ensino são desenvolvidos de forma que as dificuldades sejam reduzidas.

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Tanto a Educação inclusiva quanto a Educação Especial buscam a redução de pressões que levam à exclusão, e às desvalorizações atribuídas aos alunos; porém enquanto a Educação inclusiva abrange questões ligadas a todas as pessoas, seja sobre suas incapacidades, seu rendimento, sua "raça", gênero, classe, estrutura familiar, estilo de vida ou sexualidade, a Educação Especial é o ramo da Educação, que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência.

Sendo assim, a educação inclusiva pode se dar em qualquer estabelecimento de ensino regular que se preocupe em receber **todas as pessoas**, sem distingui-las por algum comprometimento, facilidade, ou qualquer outro aspecto, e a Educação Especial são instituições especializadas que se restringem a receber somente **pessoas com deficiências**.

A educação Inclusiva pressupõe processos dinâmicos para atingir o aluno, uma participação plena numa estrutura em que os valores e práticas são delineados considerando todas as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes do processo educacional. Na educação especial, é comum que o aluno tenha que se adaptar a uma estrutura já posta, onde sua participação naquele ambiente parece ser tutelada, controlada.

Apesar da intenção explicitada da Declaração de Salamanca, de que as Escolas Especiais deveriam ser centros de referência que proovessem técnicas, gerando conhecimentos que seriam aplicados na educação regular, o que vemos hoje é que a maioria das crianças com deficiência estuda em escolas especiais, segregadas do contato com as outras pessoas. Que perspectiva temos para essas crianças? Qual a função dessa escola especial? Haverá uma “universidade especial” para atendê-los quando terminarem o ensino médio?

Não compartilhamos de uma visão ingênua. Estamos cientes de que lidar com a diversidade não é tarefa fácil; não falamos de um lugar cômodo, ou no nível do

discurso, falamos do chão da escola, através de nossas vivências profissionais, tanto em escolas especiais, quanto em escolas inclusivas.

Não podemos, em absoluto, ignorar a heterogeneidade que nos cerca e a riqueza de possibilidades que isso representa. Dessa forma, percebemos no dia a dia das instituições inclusivas que a convivência entre diferentes alunos reforça a aprendizagem e se caracteriza como espaço de socialização responsável pela formação do indivíduo e construção de sua identidade.

Embora o texto da LDB (BRASIL, 1996) afirme que a Educação Especial é uma modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades especiais, vemos que na realidade esse sistema se dá de maneira segregada, pois, por exemplo, numa escola que possui 10 turmas regulares, com alunos sem deficiência, temos 1 turma chamada “classe especial” onde são reunidos todos os alunos com alguma deficiência. Isso é inclusão? Eles participam ativamente? Estão inseridos nessa escola?

Muitas escolas regulares que se recusam a receber alunos com alguma deficiência afirmam que não estão preparados em sua estrutura física ou que os professores não são capacitados. Lembramos que essa preparação/capacitação não diz respeito somente a acessibilidade física, mas também a acessibilidade afetiva, intencional e política. Sabemos que é de suma importância ter conhecimento das características, particularidades e tipos de determinadas deficiências, porém é ainda mais importante discutir e refletir sobre essas questões, na formação inicial e continuada de professores; é preciso se abrir para lidar com pessoas, formar cidadãos, sejam elas pobres, ricos, altos, baixos, gordos ou magros.

Talvez, por conta da lamentável recusa de escolas regulares, pais e responsáveis optem por matricular seus filhos com deficiência em escolas especiais. Talvez alguns educadores ainda se assustem com a idéia de inclusão, pois pensam que todos os alunos são iguais e devem aprender da mesma forma; pelo contrário, a aprendizagem nunca será homogênea, todos somos diferentes e, nós professores, precisamos aprender a trabalhar com a diversidade, com múltiplas possibilidades, respeitando os limites, as individualidades e ritmo de cada um.

Não estamos aqui afirmando que escolas especiais não deveriam existir, criticamos sim, quando elas são colocadas como a única alternativa para atendimento de crianças com deficiências. Nesse sentido, considerando uma escola especial para crianças com deficiências, precisaremos de uma escola específica que

trate de pessoas com dislexia, ou com anorexia, ou somente de negros, ou de homossexuais? Iremos continuar fragmentando tudo, até vivermos em guetos?

Essas indagações nos remetem ao papel do Ensino Superior na Formação de Professores em uma perspectiva inclusiva. Acreditamos que os cursos de formação de professores, são espaços que promovem aos universitários a consciência da diversidade e o confronto constante com as diversas concepções que se renovam ao longo da história, possibilitando aos alunos superarem preconceitos, acreditarem na capacidade de todo aluno aprender e, sobretudo, entenderem que a heterogeneidade é a mais real condição humana. Santiago (2002) aponta a necessidade de revisão dos cursos de formação de professores no que se refere às ações necessárias para promover a formação de professores para a diversidade. É imprescindível que os cursos preparem professores para lidar com a multiplicidade de sujeitos que freqüentam as escolas. O silêncio dos cursos de formação de professores quanto a essa realidade dificulta que os alunos, ao se formarem professores, se assumam como agentes transformadores de nossa realidade excludente, inviabilizando, assim, que os mesmos promovam o ideal democrático de atender a todos os educandos, respeitando as suas especificidades, criando alternativas que possibilitem o desenvolvimento e o aprendizado de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, essa responsabilidade é nossa, de cada instituição escolar de cada educador uma vez que a Inclusão em Educação encontra-se no bojo de nossas culturas, políticas e práticas educacionais. Santos (2003a) nos diz que Inclusão:

[...] é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em *todas* as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão se refere, portanto, a todos os esforços no sentido da garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres (p.81 grifo do autor)

Falamos aqui de participação, não somente no sentido de pertencimento, mas de poder decisório. Sawaia (2008) nos diz que “a sociedade exclui para incluir, [...] todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas” (p.9); e esse processo de Inclusão ao qual nos referimos nesse estudo, não é o mesmo que fazer com que esse sujeito simplesmente faça parte da Educação, da escola ou de qualquer outro meio, mas sim fazer com que sua participação não seja objeto de injustiças, discriminações ou

desigualdades de condições. É importante destacar que quando usamos o termo participação, queremos dizer que:

A participação significa aprender junto com outros e colaborar com eles em experiências compartilhadas de aprendizagem. Isto requer um engajamento ativo com a aprendizagem e ter algo a dizer sobre como a educação é experienciada. Mais profundamente, trata-se de ser reconhecido, aceito e valorizado pelo que se é (BOOTH & AINSCOW, 2002, p.7)

Esse processo inclusivo, ao qual nos referimos, não é personificado na 'única solução para salvar o mundo', não tem uma visão romântica ou para controlar, e de modo algum se estabelece como a verdade absoluta, de forma universal. Quando usamos a metáfora **luta**, é para caracterizar um processo contínuo, o reconhecimento de tensões e graus diferenciados de poderes, um processo constante na tentativa de transformação de realidades e de convite à reflexão por parte de atores sociais, quer se vejam como tal, quer sejam alienados.

Ser otimista é acreditar na potencialidade do sujeito de lutar contra esta condição social e humana, sem desconsiderar a determinação social. A utopia e a crença no sujeito da ação e na possibilidade de uma ordem social sem exclusão, não remete a uma visão de *happy end* ou ao paradigma da redenção, comum nas ciências humanas tanto positivista quanto críticas, dos anos 60 a 80 (SAWAIA, 2008, p.12)

A educação inclusiva implica na implementação de políticas inclusivas, na compreensão da inclusão como processo que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar.

No que tange ao papel do Ensino Superior na promoção da inclusão em educação, acreditamos que a realização de pesquisas voltadas para o aprofundamento da compreensão do que seja realmente uma educação para todos, explorando práticas e teorias que promovam uma educação dentro de uma perspectiva inclusiva, rompendo, assim, com o paradigma excludente de nossa sociedade, necessitam ser desenvolvidas por estas instituições. Desse modo, a construção de vínculos com outras instituições de apoio à pessoa com deficiência e outros grupos marginalizados é também importante no defendido processo de ruptura com o paradigma da exclusão, pois só contribuiremos efetivamente com o deslocamento ideológico da sociedade para uma perspectiva inclusiva, caso estendamos essas discussões para outras instâncias sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOTH, Tony. & AINSCOW, Mel. **Index Para a Inclusão. Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola.** Traduzido por: Mônica Pereira dos Santos. Produzido pelo LaPEADE, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – n.º 9.394.** Brasília: 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Rosita Eldler. **Inclusão, Educação para todos e remoção de barreiras para a aprendizagem.** Tecnologia Educacional –v.30 (155) Out/Dez – 2001.

CARVALHO, Rosita Eldler. **Educação Inclusiva colocando os pingos nos is.** Porto Alegre: Mediação. 2004.

FONSECA, Michele Pereira de Souza da; SILVA, Ana Patrícia da; SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Inclusão em Educação Física escolar: Avanços e dificuldades para além dos desafios conceituais.** In: XII Encontro Fluminense de Educação Física escolar - EnFEFE, 2008, Niterói - RJ. Educação Física escolar e seus desafios conceituais: sociais e pedagógicos, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual.** Rio de Janeiro, WVA, 1997

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Uma escola mais que especial.** In: XX Encontro Nacional de Professores do PROEPRE - Programa de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 2003, Águas de Lindóia. Anais do XX Encontro Nacional de Professores do PROEPRE - Programa de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Campinas: Gráfica da Faculdade de Educação, 2003. v. 1. p. 32-44.

SANDOVAL, M.; LOPEZ, M.L.; MIQUEL, E.; DURÁN, D.; GINÉ, C.; ECHEITA, G. **INDEX FOR INCLUSION. UNA GUÍA PARA LA EVALUACIÓN Y MEJORA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA.** Consorcio Universitario para la Educación Inclusiva.1 CONTEXTOS EDUCATIVOS, 5 (2002), 227-238.

SANTIAGO, Mylene Cristina. A formação de professores nas IFES Mineiras: a diversidade em questão. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2002.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Conseqüências ao Sistema Educacional Brasileiro.** INTEGRAÇÃO – ano 10, no.22 – 2000

SANTOS. Mônica Pereira dos. **O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva.** Revista da Faculdade de Educação da UFF - n. 7.p.78-91. Maio, 2003a.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **A Formação de Professores no Contexto da Inclusão.** Publicado em Anais do II Congresso Internacional do INES e VIII

Seminário Nacional do INES: Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões. p. 63-70. Setembro, 2003b.

SANTOS, Mônica Pereira dos & PAULINO, Marcos Moreira (orgs). **Inclusão em educação: Culturas, Políticas e Práticas**. 2.ed.São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Mônica Pereira. **Educação Inclusiva: Redefinindo a Educação Especial**. Cadernos Pestalozzi (no prelo)

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão - Construindo uma sociedade para todos**. WVA: Rio de Janeiro, 1997.

SAWAIA, Bader B. **As artimanhas da Exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis:Vozes, 2008.

SILVA, Ana Patrícia da. O Professor de educação física como agente do processo inclusivo In: **Inclusão em Educação: Culturas, políticas e práticas**. 01 ed. São Paulo: Cortez, 2006, v.01, p. 69-81.

SILVA, Kátia Regina Xavier da. **Criatividade e inclusão na formação de professores: Representações e Práticas Sociais**. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008